

PARTICIPAÇÃO DO PESSOAL DA ADMINISTRAÇÃO SUPERIOR NAS REFORMAS OU INOVAÇÕES DO SISTEMA EDUCACIONAL

Bernardete A. Gatti

Coordenadora do Departamento de Pesquisas Educacionais
da Fundação Carlos Chagas

RESUMO

O presente estudo pretende analisar, ainda, descritivamente, como e se o pessoal do ensino superior contribui para o desenvolvimento das reformas e inovações realizadas ou em realização no sistema educacional, particularmente nos níveis primário e médio. As hipóteses de trabalho levantadas referem-se à participação de pesquisadores nas reformas ou inovações, à utilização dos resultados de pesquisa e a sua difusão dentro e fora do sistema educacional. Dados foram colhidos junto à Secretaria de Educação e Universidades. Constatou-se que embora a participação dos pesquisadores nas inovações exista, é considerada insuficiente, episódica e limitada a determinadas fases. Por outro lado, a utilização de resultados de pesquisas pela administração pública educacional é rarefeita. Ainda aponta-se a falta de uma política consistente para a divulgação de pesquisas. Muito enfatizada é a desvinculação do ensino superior em relação aos outros níveis de ensino. Coloca-se em evidência o caráter acadêmico das pesquisas, o que as põe distantes da prática educativa.

SUMMARY

This study is a descriptive analysis of the contribution of University Professors to the development of past and present reforms and innovations in the educational system, especially at the elementary and secondary levels. The working hypotheses refer to the direct participation of researchers in the reforms or innovations, to the utilization of research results and their dissemination inside and outside the educational system. Data were collected in the State Secretaries of Education and in the Universities. Results have shown that although some participation exists, it is considered insufficient, sporadic and limited to some phases of the reforms. On the other hand, the utilization of research by the education public policy makers is scarce. There is no consistent policy of research dissemination. Results point to the gaps between higher and other levels of education, and between academic research and educational practice.

Este trabalho faz parte de uma investigação mais ampla que o CRESALC-UNESCO está desenvolvendo em vários países da América Latina. Os dados que discutiremos adiante referem-se aos coletados no Brasil. O objetivo geral deste estudo está definido pelo CRESALC no documento¹ que fundamenta e delinea o trabalho: "analisar como e em que magnitude a educação superior contribuiu para o desenvolvimento das reformas e inovações realizadas ou em realização no sistema educacional, particularmente nos níveis primário e médio".

Inicialmente, optou-se por analisar esta contribuição através das atividades de pesquisa e seus produtos, pressupondo-se que servem de elementos de informação e de conhecimento da realidade educacional, o que é fundamental para a elaboração de políticas de desenvolvimento educacional e a tomada de decisões.

As hipóteses de trabalho levantadas referem-se à participação de pesquisadores nas reformas ou inovações, à utilização dos resultados de pesquisa e à difusão dos resultados das pesquisas educacionais dentro e fora do sistema educacional. Partiu-se pois das suposições que: a) a participação de pesquisadores em educação nas inovações educacionais é relativamente pequena, mais individual do que institucional, indireta e ocasional, efetuando-se mais na fase de preparação dos processos de inovação; b) a utilização de resultados de pesquisa é pequena, tendo havido pouca demanda por parte dos responsáveis pelas reformas ou inovações, o que poderia explicar-se pela falta de informação por parte do usuário, ou porque este prefere por diversas razões realizar suas próprias pesquisas sem recorrer aos centros e institutos existentes para tal fim nas instituições de ensino superior; c) a difusão de resultados de pesquisa se limita a um público muito pequeno, não havendo uma política de difusão sistemática desses resultados.

OBTENÇÃO DOS DADOS

Dadas as dimensões continentais do Brasil, optou-se por obter dados junto às Secretarias de Estado da Educação e principais unidades de ensino superior e/ou centros de pesquisa em educação, que representassem razoavelmente as disparidades e características regionais do país. Foram selecionados quatro Estados para o estudo: Mato Grosso, representando a Amazônia legal; Pernambuco, representando o Nordeste; São Paulo representando o Sudeste e Rio Grande do Sul, representando o Sul. Foram assim levantados dados em quatro Secretarias de Estado da Educação, oito universidades nesses estados e um centro de pesquisa, mais a Universidade de Brasília. Não foi possível obter os dados junto ao Ministério da Educação. No entanto, boa parte dos projetos arrolados pelas Secretarias têm sua origem no ME, o que nos dá uma pequena cobertura face a esta lacuna.

Estas instituições responderam a um questionário apropriado à sua condição de órgão da administração pública da educação ou centro de pesquisa ou instituição de ensino superior. Estes questionários compunham-se de questões fechadas e questões abertas através das quais se procurou obter dados que

pudessem aclarar, sustentar ou infirmar as hipóteses de trabalho que foram levantadas.

DADOS OBTIDOS JUNTO ÀS SECRETARIAS DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

A primeira questão apenas tentava levantar o tipo de recursos humanos envolvidos nos órgãos de administração, com o objetivo de situar a disponibilidade de pessoal.

Observa-se que a maioria do pessoal adstrito às unidades respondentes é classificado como "Pessoal Profissional" (63,7%), sendo pequena a porcentagem de pessoal de apoio técnico.

TABELA I

Distribuição de pessoal dos órgãos de administração educacional respondentes

Pessoal adstrito às unidades	F*	%*
Pessoal profissional	470	63,7
Pessoal de apoio técnico (Auxiliares)	96	13,0
Pessoal administrativo	172	23,3
TOTAL	738	100

* F = Frequência

* % = Porcentagem

Quanto às questões de fundo verifica-se que a maior parte dos projetos de inovação arrolados pelas Secretarias estão em andamento, o que nos faz crer que o desenvolvimento de projetos dessa natureza talvez esteja aumentando nos anos mais recentes. Em 62,6% dos casos declara-se que realizou-se pesquisas associadas aos projetos, a maioria feitas pelo órgão público em convênio com outras instituições, grande parte tendo a participação de pesquisadores de instituições de ensino superior (66,1%). Essa participação é indicada como sendo a nível institucional e direta, incidindo em maior percentual a atuação do pesquisador nas fases de diagnóstico prévio e planejamento. Mas é para a fase de diagnóstico prévio que declaram em boa proporção (51,2%) ter utilizado resultados de pesquisa realizada por instituição de ensino superior ou centros de pesquisa. As Tabelas II, III, e IV nos mostram em detalhe esta situação.

Parece que, mesmo havendo uma participação de pesquisadores de instituições de ensino superior ou centros de pesquisas nesses projetos de reforma ou inovação, o caráter dessa participação e a pouca frequência de pesquisas realizadas somente pelas insti-

¹ CRESALC-UNESCO. Participación de la educación superior en las reformas e innovaciones del sistema educativo: proyecto de investigación. 1985. (mimeo) p.2.

TABELA II
Condição do projeto de inovação e realização de pesquisa

Questão	Condição atual do projeto, reforma ou inovação			Realizaram-se pesquisas associadas ao projeto?		Quem realizou as pesquisas em cada caso?			Participaram pesquisadores de instituições de ensino superior?		
	Categorias	Em andamento	Concluído	Em preparação	Sim	Não	O Ministério ou Secretaria de Educação	Outras instituições	O Ministério ou Sec. com outras instituições	Sim	Não
F		61	33	5	62	37	19	16	27	41	61
TOTAIS			99		99			62		62	
%		61,6	33,3	5,1	62,6	37,4	30,6	25,8	43,6	66,1	33,9

TABELA III
Participação de pesquisadores e fase do projeto

Questão	Essa participação foi a título individual ou institucional?		Essa participação foi direta ou indireta?		Em que fases do projeto, reforma ou inovação participaram os pesquisadores em educação?*				
	Categorias	Individual	Institucional	Direta	Indireta	No diagnóstico prévio	No planejamento	Na execução	Na avaliação e acompanhamento
F		6	35	35	6	34	29	20	25
TOTAIS		41		41		108			
%		14,6	85,4	85,4	14,6	31,5	26,9	18,5	23,1

* Possível mais de uma resposta.

TABELA IV
Fase em que se utilizou preferentemente os resultados da pesquisa

Categorias	No diagnóstico prévio	No planejamento	Na execução	Na avaliação e acompanhamento	Total
F	21	11	0	9	41
%	51,2	26,8	-	22,0	100

tuições de ensino superior, sem a participação do órgão de administração, mostra na verdade uma participação ocasional e de fato insuficiente dado que restrita a determinadas fases do projeto, portanto, descontínua, ou mesmo infrutífera, como se pode inferir da resposta de um técnico a uma das questões abertas: "Para excelentes pesquisas e diagnósticos, no mais das vezes, não existem ações apropriadas que resultem em modificação das situações".

Cabe, portanto, relativizar as respostas dadas quanto à participação direta dos pesquisadores nos projetos de inovação. Parece que a questão foi interpretada no sentido de sua participação direta no delineamento ou na execução do projeto de pesquisa e não no processo de inovação propriamente dito, como um todo.

A ausência de utilização de resultados de pesquisa na fase de execução direta dos projetos de inovação, aliada à baixa participação de pesquisadores nessa fase, deixa claro que a nível tático e operacional a contribuição das instituições de pesquisa é pequena. Essa contribuição portanto, quando se dá parece ficar no nível estratégico e nos níveis mais altos de decisão, com pouco impacto sobre as ações concretas que acompanham o processamento da inovação.

TABELA V
Frequência de intercâmbio de informações

Categoria	Frequência	
	F	%
Freqüentemente	2	25,0
Ocasionalmente	3	37,5
Nunca	-	-
Sem resposta	3	37,5
TOTAL	8	100

TABELA VI
Suficiência do intercâmbio de informações, da participação das instituições de ensino superior em projetos de inovação e da utilização dos resultados de pesquisas educacionais dessas instituições

	Intercâmbio de informações		Participação		Utilização de resultados	
	F	%	F	%	F	%
Suficiente	-	-	-	-	-	-
Insuficiente	7	87,5	6	75,0	7	87,5
Sem resposta	1	12,5	2	25,0	1	12,5

Quando perguntados sobre a freqüência com que a unidade a seu cargo intercambia informações com as instituições de ensino superior, apenas 25% declara que esse intercâmbio é freqüente, e em nenhum caso declaram julgar esse intercâmbio suficiente, como também em nenhum caso apontam como suficiente tanto a participação dessas instituições nos projetos de inovação como a utilização dos resultados das pesquisas.

Notamos, portanto, uma certa contradição entre as respostas mais diretamente ligadas aos projetos desenvolvidos e a opinião sobre a participação das instituições de ensino superior em projetos de inovação. Por outro lado, não deve passar despercebido que, embora mais de 40% declarem que as pesquisas realizadas associadas a projetos de inovação tenham sido feitas pelo órgão público juntamente com outras instituições, 30,6% destas pesquisas são apontadas como tendo sido feitas somente pelo próprio órgão de administração educacional.

Isto indica que esses órgãos têm tendência a realizar suas próprias pesquisas sem recorrer a outras instituições e talvez isto se deva em parte, como veremos adiante, pela não isonomia de interesses e objetivos da administração escolar e das pesquisas realizadas pelas instituições de ensino superior.

Quanto às questões de resposta aberta apresentamos a seguir, para cada questão, em ordem da maior para a menor freqüência, as avaliações e sugestões levantadas. Lembramos que essas respostas vinculam-se a uma resposta prévia em que na sua grande maioria os técnicos consideraram como insuficientes tanto o intercâmbio de informações entre a administração e as instituições de ensino superior como a participação destas nos projetos de inovação educacional e a utilização de resultados de pesquisa nesses projetos. Nesse sentido levantam-se tanto as possíveis causas como as possíveis alternativas de encaminhamento:

1. *Fatores a que atribuem insuficiência de intercâmbio de informações:*
 - a) Pouca divulgação das pesquisas.
 - b) Sistema de documentação incipiente ou inexistente.
 - c) Falta de mecanismos internos aos órgãos para comunicação de trabalhos.
 - d) Pequena identificação de interesses comuns.

2. *Propostas para melhorar o intercâmbio:*
 - a) Institucionalizar um sistema de intercâmbio com:
 - publicações acessíveis e linguagem acessível;
 - articulação de seminários e encontros.
 - b) Melhorar a preparação dos recursos humanos no ensino superior.
 - c) Adequar os estudos à realidade sócio-econômica.
3. *Fatores a que atribuem a insuficiente participação das instituições de ensino superior nos projetos de desenvolvimento, reformas e inovações do sistema educacional:*
 - a) Desvinculação das universidades brasileiras com os níveis primário e secundário de ensino.
 - b) Distanciamento das universidades em relação aos problemas práticos.
 - c) Visão idealizada e teórica da universidade sobre o ensino.
 - d) Falta de maior procura por parte dos órgãos governamentais em relação à universidade.
4. *Propostas para incrementar e melhorar essa participação:*
 - a) Realizar estudos de interesse comum.
 - b) Fazer convênios de longa duração.
 - c) Aumentar recursos para a pesquisa.
 - d) Trocar experiências através de contatos, debates, seminários.
5. *Fatores a que atribuem utilização insuficiente de pesquisas educacionais:*
 - a) Caráter teórico das pesquisas.
 - b) Inexistência quase total de trabalhos conjuntos.
 - c) Falta de comunicação dos resultados das pesquisas.
 - d) Produção insuficiente ou inadequada.
 - e) Dificuldade dos administradores de ensino em fazer a passagem da teoria para a prática.
 - f) Rigidez do sistema educacional na absorção de propostas inovadoras.
 - g) Pouca importância atribuída à pesquisa.
6. *Como incrementar e melhorar essa utilização:*
 - a) Melhorar a divulgação.
 - b) Incrementar contactos: seminários, encontros etc.
 - c) Implantar o hábito do estudo das pesquisas.
 - d) Gerar programas de pesquisa através de discussões com administradores escolares em vários níveis.
 - e) Objeto das pesquisas estar mais próximo do concreto do sistema de ensino.

Havia no questionário um item "Observações" e alguns técnicos desenvolveram nesse item considerações sobre a distância do ensino superior em relação ao ensino de 1º e 2º graus, apontando, por exemplo, o problema das licenciaturas - formação de professores a nível de 3º grau - como dos mais graves, levantando a premência de se estudar as questões de currículo para o ensino de 1º e 2º graus e da capacitação e reciclagem de recursos humanos.

Outras questões aí levantadas merecem destaque: a observação de que não é raro ocorrer a participação voluntária e individual de pesquisadores em projetos de inovação, de que há um despreparo dos

recursos humanos que compõem a administração geral do sistema de ensino para a utilização de pesquisas no que seja pertinente, a falta de recursos financeiros. Sugere-se ainda usar setores de pesquisa dos próprios órgãos administrativos para fazer o entrosamento com as universidades. Este parece ser o caso que ocorre com o Departamento de Assuntos Universitários da Secretaria de Educação do Rio Grande do Sul, que tem por finalidade fazer a integração com as Instituições de Ensino Superior, e que estava com três projetos integrados em andamento: um de estudos e debates; outro de comissões mistas para a descentralização do planejamento; e o terceiro para a produção de materiais didáticos.

Dados Obtidos Junto a Diretores de Centro e de Unidades de Pesquisa e de Faculdades ou Departamentos de Educação e Instituições de Ensino Superior

A distribuição dos recursos humanos dessas instituições mostra um número reduzido de auxiliares de pesquisa, compondo-se essencialmente de "pessoal do quadro", na maioria docentes das universidades que nelas desenvolvem tanto atividades de ensino como de pesquisa, e via de regra não contam com pessoal de apoio para tanto.

TABELA VII
Distribuição de pessoal das unidades de pesquisa respondente

Qualificação	F	%
Pessoal do quadro	612	77,3
Auxiliares de pesquisa	43	5,4
Pessoal administrativo	137	17,3
TOTAL	792	100

TABELA VIII
Estado das pesquisas arroladas para os últimos 10 anos

Estado	F	%
Concluída	313	70,2
Em andamento	121	27,1
Em projeto	12	2,7
TOTAL	446	100

A maioria dos projetos de pesquisa em educação arrolados para os últimos 10 anos já se acha concluída, havendo no entanto um número razoável de projetos em andamento (27,1%). Foram levantados 446 projetos, dos quais 313 estão concluídos, e destes, 68% estão publicados sob alguma forma. Embora muitas pesquisas já concluídas não estejam publicadas, há uma pequena parcela de projetos em andamento com resultados parciais publicados. Pela Tabela IX vemos que a maior parte é publicada pela própria instituição, havendo ainda boa porcentagem de trabalhos publicados por editoras comerciais nacionais.

Dentre os trabalhos de pesquisa realizados, em realização ou em projeto, 78,9% não estão ligados a projetos de inovação educacional de órgãos públicos, e, dos 21,1% que estão ligados, a metade já foi concluído. Note-se que é proporcionalmente maior a as-

sociação de projetos de pesquisa e inovações a nível nacional do que a nível estadual. Para os casos em que a relação existe, a maior parte declara que a participação do pesquisador no projeto de reforma ou inovação é institucional, ficando em 55,3% sua participação direta e com maior freqüência no diagnóstico prévio. Também a fase do projeto de inovação educacional em que mais freqüentemente declaram que foram utilizados resultados dos projetos de pesquisa é no diagnóstico prévio, seguida da fase de avaliação e acompanhamento.

Estes dados globais coincidem com os obtidos, grosso modo, junto aos órgãos de administração pública da educação, sendo que as instituições de ensino superior são menos enfáticas quanto à sua participação direta em projetos de inovação educacional.

TABELA IX
Publicação dos resultados das pesquisas

	F	%	F	%
Editora comercial nacional			61	27,7
Editora comercial internacional			3	1,4
SIM	220	49,3	39	17,7
Editora governamental			6	29,6
A própria instituição			52	23,6
Outra				
NÃO	103	23,1	-	-
NÃO SE APLICA ¹	123	27,6	-	-

¹ Referindo-se a pesquisas em andamento, sem publicação de resultados parciais, e pesquisas em projeto.

TABELA X
Associação dos projetos de pesquisa a inovações educacionais

	F	%	F	%
SIM			30	31,9
Estadual	94	21,1		
Nacional			64	68,1
NÃO	352	78,9	-	-

Verifica-se que a determinação dos objetivos e da metodologia dos projetos de pesquisa educacional realizados por estas instituições é feita predominantemente pelo pesquisador, e a utilização dos resultados de cada projeto de pesquisa é feita sobretudo

TABELA XI
Estado do projeto de inovação educacional ao qual as pesquisas estão associadas

Estado	F	%
Concluído	46	49,0
Em andamento	47	50,0
Em projeto	1	1,0

pelos pesquisadores da própria instituição ou de outras instituições de ensino superior. Nos registros sobre quem utiliza preferencialmente os resultados das pesquisas, em dois questionários são apontados outros usuários, tais como a própria comunidade onde a

pesquisa foi realizada, professores, diretores e supervisores de ensino. É bem pequena a porcentagem dessa utilização por planejadores ou diretores de institui-

ções governamentais. Há uma certa endogenia no consumo do produto de pesquisa.

TABELA XII

Tipo e fase* de participação dos pesquisadoes nos projetos de reforma ou inovação arrolados

	Tipo				Fase			
	Individual	Institucional	Direta	Indireta	No diag. prévio	Na prep. e planej.	Na exec. e conclusão	Na aval. e acomp.
F	29	65	52	42	66	47	41	51
%	30,9	69,1	55,3	44,7	32,2	22,9	20,0	24,9

* Para as fases há mais de uma resposta por alternativa.

TABELA XIII

Fase de utilização de resultados de cada projeto de pesquisa em projetos de inovação educacional

Frequência	Fase	No diagnóstico prévio	Na preparação e planejamento	Na execução e coordenação	Na avaliação e acompanhamento	Não sabe
F		43	16	6	23	6
%		45,7	17,0	6,4	24,5	6,4

TABELA XIV

Determinação de objetivos e metodologias dos projetos de pesquisa realizados pela instituição

	Somente o pesquisador	Um comitê de pesquisa	outra instituição que não seja sua	sua instituição e outra do governo
F	331	57	24	34
%	74,2	12,8	5,4	7,6

TABELA XV

Utilização dos resultados de cada projeto de pesquisa*

	Pesquisadores de sua instituição	Pesquisadores de outras instituições	Pesquisadores de instituições governamentais	Planejadores	Diretores de instituições governamentais	Não Sabe
F	280	202	37	26	34	42
%	45,1	32,5	5,9	4,2	5,5	6,8

* Mais de uma resposta por item.

Pela Tabela XVI vê-se que, com certa frequência, estas instituições afirmam enviar informações sobre suas atividades e resultados de pesquisa a instituições de administração do governo e ao Ministério e Secretarias de Educação do país. Porém a característica preponderante desse envio de informações é a ocasionalidade.

Nota-se ainda (Tabela XVII) que os meios de difusão mais frequentes dos resultados de pesquisa são os artigos publicados em revistas científicas nacionais, e em maior proporção as publicações mimeografadas, estas necessariamente feitas em menor tiragem e com menor penetração. A regularidade dessa difusão também é questionável dado que essa difusão só é considerada freqüente em 30,9% desses casos.

TABELA XVI
Frequência do envio de informações sobre atividades, resultados preliminares ou conclusivos de pesquisa a diferentes instituições

Instituições	Frequentemente		Ocasionalmente		Nunca	
	F	%	F	%	F	%
Outras instituições de ensino superior do país	5	21,7	6	14,3	1	5,3
Outras instituições de ensino superior no estrangeiro	—	—	8	19,0	4	21,0
Instituições governamentais que não as de ensino superior	5	21,7	5	11,9	2	10,5
Sociedades científicas nacionais	5	21,7	7	16,7	—	—
Sociedades científicas internacionais	1	4,4	8	19,0	3	15,8
Ao Ministério ou Secretarias de Educação de seu país	7	30,5	5	11,9	—	—
Aos Ministérios de Educação de outros países	—	—	3	7,2	9	47,4
TOTAL	23	27,4	42	50,0	19	22,6

TABELA XVII
Meios de difusão dos resultados de pesquisa

Tipo de Publicação	Frequentemente		Ocasionalmente		Nunca	
	F	%	F	%	F	%
Publicação mimeografada	7	26,9	3	6,5	2	16,7
Publicação por parte de editores comerciais	3	11,5	8	17,4	1	8,3
Publicação por editores governamentais ou públicos	2	7,7	9	19,6	1	8,3
Publicações por edição da instituição	3	11,5	5	10,9	4	33,4
Artigos em revistas científicas nacionais	6	23,1	6	13,0	—	—
Artigos em revistas científicas internacionais	—	—	9	19,6	3	25,0
Artigos em revistas ou boletim da própria instituição	5	19,2	6	13,0	1	8,3
TOTAL	26	30,9	46	54,8	12	14,3

Constata-se que não é de todo infreqüente o recebimento de informações de outras instituições governamentais que não as de ensino superior por estas instituições de ensino superior, porém este recebi-

mento é mais intenso através das sociedades científicas nacionais e de outras instituições de ensino superior. Não há regularidade também neste recebimento.

TABELA XVIII

Frequência em que a instituição de pesquisa recebe informação de outras instituições

Instituições	Freqüentemente		Ocasionalmente		Nunca	
	F	%	F	%	F	%
Outras instituições de ensino superior do país	6	20,0	6	14,3	–	–
Outras instituições de ensino superior no estrangeiro	1	3,3	9	21,4	2	16,7
Instituições governamentais que não as de ensino superior	4	13,3	7	16,7	1	8,3
Sociedades científicas nacionais	8	26,7	4	9,5	–	–
Sociedades científicas estrangeiras	2	6,7	8	19,1	2	16,7
Do Ministério ou Secretarias de Educação de seu país	7	23,3	5	11,9	–	–
Dos Ministérios de Educação de outros países	2	6,7	3	7,1	7	58,3
TOTAL	30	35,7	42	50,0	12	14,3

O intercâmbio com o exterior é baixo, tanto no sentido do envio de informações como do recebimento, tanto de órgãos de administração como de universidades e sociedades científicas estrangeiras.

A difusão de resultados e o recebimento de informações, sob as diferentes formas apontadas, tem de qualquer modo um caráter ocasional, pois é esse caráter o mais apontado no conjunto desses dados.

Aliás a intensidade de troca de informações dessas instituições com suas Secretarias Estaduais de Educação é baixa (ver Tabela XIX). Esta é mais alta com o Ministério de Educação, com órgãos públicos de fomento à pesquisa (INEP, CNPq, CAPES, FINEP) e com outras universidades e instituições de ensino superior.

TABELA XIX

Tipo de instituição com que trocam mais freqüentemente informações

	F	%
Órgãos públicos de fomento à pesquisa	22	27,2
Ministério da Educação	20	24,7
Secretarias de Educação	6	7,4
Outras universidades	17	21,0
Associações de classe	3	3,7
Organismos internacionais	2	2,5
Centros de pesquisas autônomos	11	13,5
TOTAL	81	100

TABELA XX

Troca de informações com instituições governamentais e divulgação dos resultados de pesquisa

Questão	Nível	%
Troca de Informações	Suficiente	16,7
	Insuficiente	75,0
	Sem resposta	8,3
Divulgação	Apropriada	25,0
	Inapropriada	75,0

TABELA XXI

Nível de participação de pesquisadores e de utilização de resultados de pesquisa em reformas ou inovações educacionais

Questão	Nível	%
Participação	Suficiente	8,3
	Insuficiente	75,0
	Sem resposta	16,7
Utilização das Respostas	Suficiente	8,3
	Insuficiente	83,4
	Sem resposta	8,3

Esse caráter ocasional de relações é confirmado ainda pelos dados da Tabela XX, em que se vê que o nível de troca de informações com instituições governamentais da área é considerado insuficiente e que as formas de divulgação dos resultados das pesquisas das instituições de ensino superior são consideradas inapropriadas.

Também é tida como insuficiente a participação de pesquisadores em projetos de inovação educacional, como ainda o uso de resultados de pesquisa para esses projetos.

As hipóteses de partida deste trabalho parecem encontrar nestes resultados uma relativa confirmação, embora haja uma certa participação de pesquisadores nas inovações e um intercâmbio não totalmente nulo entre instituições de pesquisa e órgãos públicos da educação. Algumas instituições lembram também no item "Observações" que se nota nos anos mais recentes um incremento destas relações. Atribuem isso a um novo momento político que vem se gestando.

Oito das questões do questionário respondido pelas instituições de ensino superior ou centros de pesquisa permitiam respostas cursivas. Da mesma maneira como ocorreu com as respostas obtidas junto aos órgãos de Secretarias de Educação Estaduais, as obtidas junto às instituições de ensino superior e pesquisa foram sintéticas. Por isto, optamos pelo mesmo esquema de apresentação das respostas do questionário dos órgãos de administração pública, itemizando seu conteúdo, e dentro do item as questões em ordem de importância pela sua frequência:

1. *Razões para a insuficiência da participação de pesquisadores em projetos de inovação educacional:*

- a) Pouca solicitação dos órgãos de administração pública aos pesquisadores, especialmente a nível não individual, ou inconstância das solicitações.
- b) Poucos recursos para pesquisa e excesso de burocracia.
- c) Distanciamento dos objetivos entre os órgãos oficiais e pesquisadores.
- d) Falta de crença no potencial dos pesquisadores.
- e) Falta de condições de pesquisa para o professor universitário.
- f) Ausência de vontade política da administração universitária em incentivar este tipo de participação.
- g) Não entrosamento da universidade com outros níveis de ensino.
- h) Setorização e individualismo na participação quando eventualmente existente.

2. *Sugestões para incrementar a participação de pesquisadores em projetos de inovação educacional:*

- a) Maior abertura das Secretarias de Educação aos pesquisadores, e incremento de suas solicitações às instituições de ensino superior.
- b) Mais recursos financeiros para os projetos de pesquisa e menos burocracia.
- c) Maior apoio à constituição de equipes de pesquisa nas instituições de ensino superior, com uma política mais definida.

- d) Maior e melhor divulgação dos resultados das pesquisas, com divulgação mais adequada ao consumo de planejadores e administradores.
- e) Geração de vontade política no sentido de tornar o pesquisador mais participante.
- f) Desenvolvimento de trabalhos de pesquisa mais próximos das questões relativas à realidade da rede de ensino público.
- g) Aperfeiçoamento dos recursos humanos dos órgãos de administração pública.

3. *Razões para a pouca utilização de resultados de pesquisa pelas instituições governamentais de administração escolar:*

- a) Os critérios de decisão pública sobrepujam os critérios técnico-científicos.
- b) Pouca e má divulgação dos trabalhos de pesquisa.
- c) Falta de hábito dos administradores escolares de recorrer a pesquisas para o desenvolvimento de seus projetos.
- d) Falta de mecanismos eficientes de integração entre órgãos produtores e órgãos potencialmente consumidores de pesquisa educacional.
- e) Projetos de pesquisa excessivamente individualizados, com descontinuidade na produção e na composição das equipes.
- f) Insuficiência de pessoal qualificado para o desenvolvimento de pesquisas.

4. *Sugestões para incrementar a utilização de resultados de pesquisa pelos órgãos da administração pública da educação:*

- a) Melhorar na comunicação, desenvolvendo diferentes formas de divulgação, de intercâmbio, de publicação.
- b) Criação de canais de articulação entre os órgãos administradores e as instituições de pesquisa.
- c) Estabelecimento de um maior equilíbrio entre critérios políticos e técnico-científicos nas reformas e inovações educacionais.
- d) Desenvolvimento de projetos coletivos.
- e) Aprimoramento da competência dos pesquisadores em produzir pesquisas socialmente relevantes.

5. *Fatores que prejudicam a troca de informações:*

- a) Inexistência de canais adequados e de recursos para a implementação de formas eficientes de comunicação.
- b) Burocratismo excessivo e ausência de interesses comuns.
- c) Falta de interesse dos órgãos da administração pública e excesso de autoritarismo.
- d) Deficiências internas das instituições universitárias.

6. *Como melhorar esse intercâmbio de informações:*

- a) Desenvolver programas de apoio a diferentes formas de intercâmbio.

- b) Desenvolver a democratização da informação, com diminuição dos custos das publicações e facilitação de doações.
- c) Reconhecimento pelos órgãos administrativos das instituições de pesquisa.
- d) Melhoria nos recursos humanos de ambas as partes.
- e) Levantamento e estudo de questões de relevância social.
- f) Proposições não só de críticas mas de alternativas.

7. *Fatores a que atribuem a não adequação da divulgação dos resultados de pesquisa:*

- a) Falta de recursos para publicação.
- b) Dificuldade para a publicação de livros, mesmo nas editoras universitárias.
- c) Falta de recursos para a aquisição das publicações existentes.
- d) Falta de iniciativa das instituições e dos docentes.
- e) Falta de hábito de leitura de pesquisa e publicações especializadas.
- f) Padronização da ação no serviço público.
- g) Endogenia das instituições de ensino superior.

8. *Sugestões para incrementar a divulgação das pesquisas em educação:*

- a) Propiciar financiamento, e portanto, barateamento, das publicações.
- b) Desburocratizar as editoras universitárias.
- c) Desenvolver na administração pública o hábito de consumir publicações científicas.
- d) Desenvolvimento de uma ação mais incisiva das próprias instituições de pesquisa.
- e) Criar planos de divulgação diversificados, com cadastro apropriado.
- f) Facilitar a participação em eventos científicos dos administradores da educação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em função dos dados expostos constata-se que a participação de pessoal do ensino superior nas reformas ou inovações educativas, através da pesquisa, embora existente é considerada tanto por administradores como por pesquisadores como insuficiente. Sobretudo talvez seja a inconsistência dessa participação, que é declarada como existente, que caracteriza a relação entre os produtos de pesquisa e a administração pública de educação. Isto pelo seu caráter limitado a determinadas etapas dos projetos de inovação, sem um envolvimento contínuo, estando ausente principalmente na fase de execução dos mesmos.

A contribuição dos pesquisadores, em geral, realmente se restringe às fases de preparação ou então na avaliação de alguns aspectos da proposta de inovação educacional, porém raramente se dá na implementação da inovação, ficando essa contribuição mais próxima dos níveis mais altos de decisão, com pouca atuação juntos aos demais níveis e às ações concretas da implantação da reforma ou inovação.

Aponta-se inclusive nos questionários que há um hiato entre o diagnóstico e a tomada de decisões e nestas a participação dos pesquisadores tem sido nula, sendo que a distância entre o resultado da pesquisa com as alternativas teóricas conseqüentes, e, a efetiva implementação de ações pode não ter relação alguma. Como se enfatiza: os interesses políticos sobrepõem os critérios científicos.

A utilização dos resultados de pesquisa pela administração pública escolar também não é intensa e a demanda desses órgãos às instituições de ensino superior é esporádica. Como se verifica pelas respostas obtidas, boa parte das pesquisas associadas a projetos de inovação educacional são feitas pela própria administração pública sem recorrer às instituições de ensino superior. Por outro lado, as dificuldades de publicação e divulgação das pesquisas é evidente, e a falta de hábito de uso de uma literatura científica por parte dos órgãos públicos de administração educacional também é apontada, paralelamente a uma certa timidez ou falta de iniciativa dos próprios pesquisadores e das instituições universitárias para a divulgação de seus trabalhos. Aponta-se também o distanciamento das duas instâncias, e suas dificuldades de intercâmbio, pela pequena identificação de interesses comuns e da falta de adequação dos dados de pesquisa à realidade do sistema educacional brasileiro.

Fica claro ainda a falta de uma política de divulgação dos resultados de pesquisas e sua adequação a esquemas de consumo mais amplo e diversificado, tanto por parte das instituições de ensino superior, como por parte dos órgãos de administração educacional. Entraves burocráticos e financeiros são assinalados.

Muito enfatizada é a desvinculação do ensino superior em relação aos outros níveis de ensino que compõem o sistema educacional, o que justamente leva a caracterizar as pesquisas como teóricas, idealizadoras do sistema de ensino, fora da realidade, com objetivos muito distanciados do concreto do sistema escolar e de seus reais problemas.

Coloca-se em evidência o caráter acadêmico das pesquisas, o que as põe distantes da prática educativa, com resultados talvez úteis mais a longo prazo.

Embora as razões para esse afastamento sejam complexas e não tão simples de serem formuladas, vale lembrar que a própria história da constituição das instituições de ensino superior, mesmo com algumas peculiaridades que as diferenciam, mostra a sua vocação isolada do resto do sistema educacional, em parte devido à política geral de desenvolvimento deste área. Aliás, isto é bem lembrado no documento, já citado, do CRESALC que traça as diretrizes deste projeto de trabalho. Esse isolamento é perceptível no caso da participação e utilização de pesquisadores e resultados de pesquisa em educação para inovações educacionais. Nas relações entre as instituições de ensino superior e os órgãos públicos de educação esse divórcio se expressa em afirmações do tipo: "As últimas consultas realizadas pela Secretaria às escolas e órgãos locais registram inúmeras vezes a distância do ensino superior para com o ensino de 1º e 2º graus", ou, "Distanciamento das universidades em relação aos problemas práticos - a professores advindos de outras áreas ou níveis de trabalho que não os da própria uni-

versidade", ou, "Não se conhece nenhuma proposta de trabalho das instituições de ensino superior, por falta de comunicação", ou ainda, "A universidade mostra descrença nas possibilidades de trabalho dos técnicos da Secretaria de Educação".

Vale ressaltar que muitas alternativas são levadas tanto por administradores como por pesquisadores para superar esta situação. Isto é um indicador de que os contactos entre as duas instâncias, mesmo que esporádicos e problemáticos, são valorizados, abrindo-se a perspectiva de possível intercâmbio mais intenso e aberto. Pelas sugestões arroladas vê-se no entanto que não há lugar para um otimismo ingênuo, que as dificuldades são muitas e não muito fáceis de superar a curto prazo.

O espírito desse distanciamento e das possibilidades de aproximação que se percebem mais viáveis ultimamente parece-nos claro na expressão de alguns dos depoentes:

"As instituições de ensino superior, de forma geral apresentam uma visão muito idealizada, técnica ou muito específica "micro" do mundo do ensino público. Há uma grande distância entre essa visão e a prática nas condições da realidade de uma administração pública e da realidade de uma escola. Do lado da Secretaria, geralmente o convite à participação das instituições de ensino superior, quando ocorre, está centrado na diagnose, havendo pouca participação na execução de programas ou projetos. Há um hiato entre a diagnose e a execução de ações para solução dos problemas, indicando dificuldades do campo estratégico de ambos os lados."

"Pensamos que a falta de maior utilização dos resultados de pesquisa pelos órgãos públicos, principalmente, deve-se à falta de vontade política e interesse em utilizá-los, ou à falta de compreensão do significado de sua utilização. Estes fatos propiciam um divórcio entre os trabalhos acadêmicos e a gerência dos negócios públicos da educação. Todavia, deve-se registrar uma tendência à utilização mais intensiva dos trabalhos acadêmicos."

"A relação da produção de pesquisa em educação com inovações e reformas na área muitas vezes passa por canais inesperados, e com um bom retardo no tempo. As vinculações indiretas acabam sendo muito mais importantes que as diretas. A veiculação, nem sempre correta, de idéias gestadas em pesquisas pelos meios de comunicação tem seu papel. Há muitos ângulos para serem abordados, que esperamos sejam futuramente examinados."